

## **ESCOLA E SEXUALIDADE: UMA VISÃO MODERNA DE PROFISSIONALISMO NO ÂMBITO SOCIAL**

Anderson Kleber, NASCIMENTO<sup>1</sup>

Silvia Helena, MANFRIM<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo pretende oferecer uma leitura que favoreça um pensamento crítico e facilitar aos leitores, a construção do respeito à diversidade. É um texto que nasceu do compromisso de profissão, assim acreditando que a educação pode nos conduzir a transformações sociais, quando comprometida com temas sociais contemporâneos, como a temática da educação sexual, ética e pluralidade cultural, por exemplo, considero importante que as mudanças comecem pelos próprios educadores. Diante do fator preconceito, muitas vezes os jovens e até os adultos não se dão conta de que algumas situações são repressoras, pois elas retiram das pessoas toda a possibilidade de ser sujeito de sua sexualidade, com liberdade e responsabilidade. Muitos ainda não perceberam que as normas condizentes à sexualidade são construídas historicamente e socialmente e, portanto, podem sofrer mudanças. Isto significa que podemos e devemos pensar e repensar por meio de leituras e debates, sobre todas as temáticas articuladas com a sexualidade, para estarmos aptos a contribuir com as mudanças das normas opressoras e dos comportamentos discriminatórios em relação à diversidade das formas de se viver a sexualidade.

**Palavras-chave:** Educação Sexual, Diversidade, Afetividade

### **INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Discente do 3º ano do curso de Serviço Social Centro Universitário "Antonio Eufrásio de Toledo" de Presidente Prudente.

<sup>2</sup> Silvia Helena Manfrin. Orientadora do Artigo. Professora da Faculdade de Serviço Social do Centro Universitário "Antônio Eufrásio de Toledo" de Presidente Prudente. Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela UEL/PR

Nas unidades escolares, concepções mais ou menos conservadoras sobre a homossexualidade e a sexualidade em geral ainda dividem lugares e posições políticas, ontológicas, epistemológicas e metodológicas, o que evidencia a falta de consenso e o teor político destas temáticas. Longe destas querelas, não nos interessa saber, por exemplo, o que causa ou o que caracteriza os não heterossexuais, mas sim como e em quais condições a homossexualidade se torna um fator que propicia as relações de opressão e de inferiorização nas escolas. Nesse sentido, interessa-nos saber como esta subalternidade encontra legitimidade pública e escolar em setores conservadores da sociedade, e resistência e reinvenção em outros setores organizados da sociedade civil, tornando-se uma questão política.

Neste artigo trataremos de alguns aspectos que se intensificaram ao passar dos anos, estudar o tema sob uma perspectiva de cunho social e cultural, deslocando-se o “problema da sexualidade desviante”, do indivíduo, para o contexto social de discriminação e também do preconceito social. Nesta perspectiva, a homossexualidade é um problema social e político, não um problema individual. Por este motivo consideramos relevante importantes as pesquisas que buscam compreender as ações individuais e coletivas voltadas para a exportação da condição de opressão da comunidade diversificada.

A discussão sobre a natureza da identidade social do indivíduo, como não poderia ser diferente, reverbera e é influenciada pelas identidades coletivas, que porventura estejam produzindo o movimento de politizar a intimidade dos sujeitos, ao mesmo tempo em que traz para a esfera pública reflexões privadas sobre a vivência sexual individual.

## **1-PRECONCEITO, INVISIBILIDADES E MANUTENÇÃO DAS HIERARQUIAS SOCIAIS**

O preconceito social pode ser entendido como um dos importantes mecanismos da manutenção da hierarquização entre os grupos sócias e da legitimação da inferiorização na história de uma sociedade, o que muitas vezes consolida-se como violência e ódio de uns sobre os outros.

Vários estudos sobre o preconceito, passando do âmbito individual ao social, afirmam a conexão entre a inter-relação da inferiorização social perante os mecanismos de naturalização das desigualdades históricas. (Adorno e Horkheimer, 1978; Crochik, 1998; Camino, 2003). Como uma tentativa de compreender como o preconceito, no caso contra homossexuais, se estrutura, possuindo mecanismos bastante complexos na estrutura social, sendo um dos temas que convém relevar na questão da escolarização interna das manifestações homossexuais.

Apesar da hierarquização e inferiorização se constituírem em processos distintos, são absolutamente complementares, e esta complementariedade tem sido utilizada historicamente na manutenção das desigualdades e no acirramento de processos de exclusão social, os quais podem ocorrer de formas bastante diversas, perpassando desde o aniquilamento do ser humano e a violência até formas de inclusão subalternizadas, evidenciando, assim o quão grave podem ser estes processos que afligem toda uma sociedade em um todo, e não apenas determinados grupos sociais.

Além de configurar como um mecanismo fundamental da inferiorização social, o preconceito também sustenta e produz determinadas concepções ideológicas e cognitivas sobre legitimidade ou a ilegitimidade dos direitos sociais também já conquistados e até a legalidade ou não de formas de interpelação do mundo, cenário principal das lutas pelos direitos comuns. Mas se a hierarquização e a inferiorização social são parentes próximas, elas engendram lógicas distintas, ainda que intrinsecamente vinculadas, na hierarquização está presente a lógica da subordinação, diferentemente da lógica da opressão, encontrada no sustentáculo das inferiorizações sociais. A subordinação estabelece uma funcionalidade entre os atores sociais, ou seja, ela se institui como um funcionamento de determinadas organizações sociais, baseando-se muitas vezes em discriminações históricas. No entanto, por aparecer como uma relação entre funções sociais e legítimas, a subordinação é potencialmente uma relação de opressão ainda não politizada, isto é, não reconhecida pelos atores em reciprocidade como uma relação de injustiça e inferiorização social (MOUFFE, 1996). Nas relações subordinadas não existem,

nas palavras de Mouffe (1996), relações de antagonismo, pois para isso seria fundamental importância colocarmos as relações de poder em uma perspectiva histórica.

Este tipo de proposição permite-nos vislumbrar que nas relações de subordinação a ordem social não é tomada como uma ordem historicamente construída e contingente à ação humana. Portanto, elas aparecem como sendo naturais da organização social, pois se mostram como hierarquias absolutamente necessárias para a reprodução da sociedade e instituem uma complementariedade da relação entre diferentes posições identitárias, como é o caso de relações entre chefe e subordinados, gerentes e subgerentes e muitas outras que historicamente ainda não vislumbram espaços de disputas e reivindicações.

Diferentemente desta posição, nas relações de opressão, os atores sociais subordinados anteriormente reconhecem na inferiorização social uma injustiça historicamente construída, tomando a ordem social como objeto de questionamento, reflexão e interpelação. Ou seja, aqui, nesta lógica, os atores sociais evocam suas identidades como posições ameaçadas no campo dos direitos por outros atores sociais. Pode-se reconhecer que nesta forma de relação o exercício da desconstrução de significados cristalizados e rígidos, o enfrentamento político na arena pública e a configuração de uma identidade coletiva como um nós são de elevada importância.

Assim, a hierarquia pode ser reconhecida como uma relação de opressão, desde que para isso esta relação seja tomada e reconhecida, pela comparação social, como uma relação que oprime um dos atores em jogo seria necessário então falarmos de um processo que busca retirar qualquer funcionalidade e naturalidade das hierarquias, senão desnaturalizar valores e práticas que se estruturam na manutenção da inferioridade de determinados grupos sociais na história de uma sociedade. Neste sentido, as formas de inferiorização que possuem esta dinâmica, ainda que se apresentem como variáveis, estão imbuídas pela lógica da opressão, já que se configuram como formas de negação da equivalência dos direitos. O direito social é tido nesta

perspectiva como um direito subalterno ou não direito em determinado tempo histórico.

## **2-PRECONCEITO O ÂMBITO DA SEXUALIDADE**

No âmbito da sexualidade, o preconceito social produziu a invisibilidade de certas identidades sexuadas, garantindo a subalternidade de alguns direitos sociais e, por sua vez, legitimando práticas de inferiorização sociais como a homofobia. O preconceito, neste caso, possui um funcionamento que se utiliza, muitas vezes, de atribuições sociais negativas advindas da moral, da religião ou mesmo das ciências, para produzir o que aqui denominados de hierarquia sexual, a qual é embasada em um conjunto de valores e práticas sociais que constituem a heteronormatividade como um campo normativo e regulador das relações humanas.

Entretanto, se o preconceito se utiliza desta complicada artimanha, possivelmente é menos pelas suas próprias características do que pelo seu poder de preservação da naturalidade de algumas hierarquias entre grupos e indivíduos, isto é, sua função não pode permitir que a discriminação e a inferiorização sejam interpretadas como mecanismos da injustiça entre diferentes posições identitárias, mantendo assim – e aí está o seu conservadorismo -, uma relação de opressão invisibilizada como naturalização das relações de subordinação social.

Por isso, este mecanismo tem sido bastante utilizado na história dos discursos sobre a sexualidade no Ocidente, e se instituiu como um julgamento moral motivado por experiências particulares de determinados grupos articulado como uma verdade ou um princípio universal regulador de formas de organização de uma dada sociedade. Em um primeiro momento, como já vimos foi construído tomando por base pensamentos mítico-religiosos e, após um longo período de modernização ocidental, refinou-se por meio de discursos científicos que, não raras vezes, foram os responsáveis pelo conteúdo de atribuições sociais negativas.

Como temos discutido, o preconceito torna-se fundamental na estruturação hierárquicas e na manutenção das inferiorizações sociais. No entanto, se esta é uma das suas principais funções, seus conteúdos também não devem ser desprezados, pois na estrutura das atribuições sociais negativas e determinados grupos, o preconceito traz como perspectiva a redução dos dilemas sociais informando-nos sobre determinadas orientações valorativas que buscam dar e atribuir uma pretensa coerência às ações sociais. Isto acontece por meio de discursos cotidianos menos institucionalizados, como as relações interpessoais, pensamentos cotidianos, relações de afeto, acolhimento ou recusa, mas também se materializa nas instituições públicas que sustentam leis gerais, normas e práticas governamentais. E no artigo em questão a instituição no caso a ser estudada é a escola, como âmbito de aprendizagem.

### **3-DESAFIOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE RESPEITO E EDUCAÇÃO SEXUAL NA UNIDADE ESCOLAR**

Quando nos deparamos com o desafio de implantar e implementar um projeto que incite os alunos que vivenciam o preconceito acima citado, seja para uma comunidade, para grupos de professores ou para outros profissionais, perguntamo-nos qual a metodologia que devemos usar, pois os obstáculos e facilidades que encontraremos e quais os caminhos que deveremos seguir para o mesmo dê certo. São mil interrogações que surgem no profissional da educação.

Sou professor de escola pública, no ensino fundamental e médio, durante 15 anos, e toda as vezes que discutia sobre a educação sexual na sala de aula, eu terminava com uma sensação de vazio. Nunca ficava satisfeito com meu trabalho nesta área. Por mais que me esforçasse, não me satisfaziam as “palestras” sobre sexualidade que proferia para muitos educandos. A sensação de que alguma coisa estava faltando sempre me acompanhava. Não era um projeto, mas sim um trabalho assistemático.

Para as pessoas da minha geração, falar abertamente sobre sexo era censura na época escolar. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL 1997), encontramos o termo orientação sexual como um tema articulado e transversal, um processo de intervenção planejada, intencional e sistemática, as, de acordo com o Figueiró (1997), a orientação sexual diz mais sobre a sexualidade do indivíduo em relação à sua identidade sexual, que vai sendo construída ao longo da infância e como a pessoa se comporta ao longo da sua vida.

[...] o próprio termo educação sexual é mais adequando, na medida em que se abre espaço para que a pessoa que aprende seja considerada sujeito ativo do processo de aprendizagem e não mero receptor de conhecimentos e / ou de orientações como sugerem as outras terminologias: orientação, informação, instrução. (FIGUEIRÓ, 2002, p.146)

Figueiró (2001, p.18) salienta, ainda que a “educação sexual refere-se completamente em uma ação na questão da ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana intrínseca e também no âmbito que seja no nível do conhecimento de informações básicas, seja no nível de conhecimento e / ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionadas à vida sexual”.

Durante os cursos que fiz na Diretoria de Ensino, em nenhum momento deparei-me com qualquer área do conhecimento que falasse sobre sexualidade e, muitos menos, sobre projetos de educação sexual. Portanto, tive de me virar sozinho, buscando em cursos de extensão universitária, em eventos, em livros, o que de fato sustenta os projetos de educação sexual em determinadas escolas que dizem tê-lo: a metodologia usada, os obstáculos e facilidades (se é que existem) neles encontrados e os caminhos a serem seguidos. Para tanto, além da bibliografia estudada, para levar meu projeto avante, pesquisei também as escolas.

Descobri, após as muitas experiências que tive ao longo do exercício do magistério, que o que eu fazia em sala de aula, até então, não passava de uma visão reducionista sobre a educação sexual e de um biologismo, isto é, tratava-se de aulas expositivas sobre o aparelho reprodutor, sobre doenças sexualmente transmissíveis e sobre métodos anticoncepcionais, exatamente os temas apresentados nos livros didáticos e de modo não muito diferente do usado pela minha professora de tempos atrás. O que existia de diferente era a presença de ambos os sexos e isso eu achava que era suficiente.

Algumas vezes, convidava algum médico para falar sobre as doenças sexualmente transmissíveis (DST). Então não era visível os resultados imediatos e isso me levou a pensar que, de certo modo, essas tentativas eram infrutíferas, pois não pertenciam à realidade dos alunos, pois não levavam em conta o meio cultural em que ele vive, assim com seus valores, anseios, sentimentos, preconceitos, culturas, vivências e crenças. Portanto, ao educando não era dada a chance de expor seus conhecimentos, suas angústias, suas dúvidas e medos. E só podia dar nisto: insatisfação, tanto minha, quanto deles.

Sabe-se que falar sobre sexualidade, por si só, já é um desafio; as resistências são muitas, exigindo de todos os envolvidos revisar conceitos, superar preconceitos e estereótipos, olhar reflexivamente sobre a própria sexualidade, lidar com tabus, medos, vergonhas, tudo isso não é nada fácil.

A sexualidade está presente em nossa vida desde o momento em que nascemos até a nossa morte. A educação acontece constantemente, seja em casa, seja através da mídia, assistindo-se televisão, lendo-se revistas e jornais, seja também pela internet. Nesse caso, se a instituição escolar omite-se, deliberadamente, em relação a tudo o que se refere ao sexo, essa atitude reflete-se na formação dos escolares, levando-os a considerar que sexo é alguma coisa secreta, é um assunto que não cabe dentro da escola, ou, talvez, seja algo vergonhoso sobre o qual não se deve falar.

O contexto escolar desempenha um papel importante na orientação dos estudantes, independente das intervenções formais que esta pode lhe oferecer neste campo. Percebemos que existem ainda instituições que reprimem certos

comportamentos dos jovens e que nem sempre os educadores possuem os conhecimentos de enfrentamento e o tato necessário, brincadeiras e comportamentos de ordem sexual, atribuindo-lhes uma gravidade e um caráter que atualmente a realidade não possui. Não se pode fugir dessa responsabilidade, afirmando incapacidade ou dificuldades de tratar sobre esse assunto, porque é uma realidade os jovens retratar este assunto, pois faz parte da realidade do mesmo, nos bilhetinhos, nas conversas paralelas e de tantas outras formas. Quando os educadores não abordam esse assunto de frente, quando se omitem, estão permitindo que ele continue a ser tratado só informalmente, na rua ou em casa, sem uma orientação segura.

Os PCNs, reconhecem a complexidade da prática educacionais e reforçam a importância de que cada unidade escolar formule seu projeto educacional, discutindo, planejando e possibilitando estudos constantes e compartilhados por todos que fazem parte do contexto escolar.

Entretanto, existem instituições que não discutem, nem acham necessário discutir a sexualidade com seus educandos em sala de aula, e cujos educadores nem sempre enfrentam o tema com serenidade e equilíbrio, e muitas delas, quando dizem que têm um projeto de educação sexual, resumindo-se em atividades lúdicas, através dos cartazes, a palestras proferidas por médicos, enfermeiros e psicólogos ou a “semanas” dedicadas à temática.

#### **4-UM CAMINHO LONGO A SER PERCORRIDO**

Um projeto de educação sexual, dentro da prática educativa, é uma estratégia de ensino/aprendizagem que visa, por meio da investigação de um tema ou de um problema, vincular a teoria à prática, provocando a necessidade de desenvolver uma metodologia de trabalho pedagógico que valorize a participação do educando e do educador, tornando-os responsáveis pela sua

elaboração e pelo seu desenvolvimento, com suas características únicas, e levando-os a fazer um levantamento das razões para a sua implantação e a conhecer quais são as suas fases e as situações e as falhas que poderão ocorrer.

E quais as características de um projeto de educação sexual na escola e quais os pontos fundamentais que devem ser desenvolvidos para que os jovens possam exercer a sua sexualidade com prazer e responsabilidade?

Como parte do artigo, é necessária a discussão sobre a importância do exercício da cidadania e da ética, pois, se esta está presente, aquela também deve estar, já que são valores que apresentam características comuns. Dessa maneira, podemos inferir que a sexualidade é um processo em construção e poderá ser um caminho para a formação da cidadania, porquanto, ela é um fator de aperfeiçoamento da cidadania. A reflexão ética traz à luz a discussão sobre a liberdade de escolha e interroga sobre a legitimidade de práticas e valores consagrados pela tradição e pelo costume.

A princípio, deve-se: fazer um levantamento dos objetivos e das justificativas que levam a escola a elaborar um projeto de educação sexual e do perfil dos estudantes alvo; definir e elaborar uma dinâmica isenta de formalidades, levantar os pontos de conflito, as dúvidas e as necessidades, tanto do professor como do educando, contando-se com a presença da família, com o intuito de levar informações corretas. Entretanto, o que se considera principal é a sondagem e a priorização dos interesses dos aprendizes para protegê-los por meio da informação, permitindo que haja o diálogo e que se trate de assuntos que é complicado se dialogar dentro dos seus lares, pois os pais se sentem com dificuldade de abordar, suprimindo-se da sexualidade a ideia de algo feio, sujo e pornográfico.

É inegável a importância do estudo sobre a sexualidade na vida dos seres humanos, pois ela é experimentada ou perpassada em expectativas, imaginações, anseios, crenças, valores, as atividades práticas, nossos costumes, nossas relações afetivas, e também a cultura. É uma das dimensões do ser humano que abarca gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução.

A sexualidade manifesta-se, diariamente, em circunstâncias aparentes ou não; por isso é necessário falar deste assunto como se fala de qualquer outro, apesar de conhecermos os limites e as possibilidades do âmbito escolar.

## **5-SEXUALIDADE, AFETIVIDADE e EDUCAÇÃO SEXUAL**

Quando se pensa em Educação Sexual, a noção comum que se tem é a do ensino dos conhecimentos básicos da Anatomia e Fisiologia sexual humana e algumas temáticas específicas, como gravidez, parto, métodos contraceptivos, masturbação, namoro, DST, etc. Os conhecimentos básicos são fundamentais segundo apontam Barroso e Bruschini (1990), entre outros, porque através deles, o educando pode desfazer preconceitos e superar seus medos e preocupações. Todos os esclarecimentos neste terreno, segundo as mesmas autoras, contribuem para a “formação de uma autoimagem aceitável” (p.25)

Porém, o ensino de todos esses conteúdos são apenas uma parte da tarefa já que a Educação Sexual é um processo mais completo e vai além de preparar o indivíduo para que aprenda as informações que lhe possibilitem viver bem a sua sexualidade. Tem a ver, também, com a formação do cidadão como participante da construção de uma vivência e a opressão sexual e a transformar os valores e as normas repressoras. Tem a ver com educar a pessoa por inteiro, enquanto ser aberto ao relacionamento e a interação humanizadora com o outro. Educar sexualmente uma criança, um jovem deve ter como meta maior a educação para a felicidade. É tarefa, não apenas da família, mas também da escola.

Investir na Educação Sexual implica em admitir que é um direito dos educandos conhecer sobre seu corpo, sua sexualidade, sobre a possibilidade, que pode estar em suas mãos, de construir relacionamentos significativos, marcados pelo amor e pelo respeito. Este processo educativo deve ter como base o desenvolvimento dos sentimentos, da emoção, enfim, da afetividade.

No palco do cenário escolar, onde o “inferno são os outros”, permeia a dificuldade de falar de “alguns assuntos” e, dentre estes, das

homossexualidades. Desta feita, jovens, tornam-se reféns de piadas e agressões, discriminações, ironias, humilhações e menosprezos, o que revela, com muita intensidade, sinais de uma cultura homofóbica no interior das escolas. Mas, para além das que são, geralmente, sombrias, hostis e repressivas, o que nós educadores podemos fazer?

Para sinalizar alguns caminhos, concordamos com Ramirez Neto (2007) quando diz, em seu estudo sobre trajetória de jovens estudantes homossexuais durante o Ensino Médio, que não se trata de encontrarmos, nas atitudes preconceituosas, o resultado da idiosincrasia dos indivíduos, tomados isoladamente, ou seja, sua maior ou menor aceitação. Preconceitos resultam de processos coletivos mais amplos e difusos, porém, socialmente determinados e, portanto, delimitáveis e inteligíveis, constitutivos do próprio tecido social contemporâneo.

Nas escolas, a maneira de perceber, analisar, compreender e, finalmente combater o fenômeno social do preconceito deve “deslocar o olhar do indivíduo, pois não se trata simplesmente de convencer pessoas a mudarem seu modo de pensar e agir, mas de interferir na dinâmica que o repõe sem cessar no meio social”. (RAMIREZ NETO, 2007, p.86).

A intensificação dos comportamentos homófobos em escolas, revestida do controle invisível da liberdade de expressão e do ser e viver sem medos, angústias e sem necessidade de esconder-se, caracteriza-se por meio de habilidades, insultos, agressões físicas ou, frequentemente, por seu aspecto mais dissimulado, sorrateiro, de silêncio ameaçador, causando prejuízo indeterminado, estereótipo deformante. Sendo um fenômeno social complexo, é muito difícil determinar as causas da homofobia, que podem variar em casa caso e em casa sociedade; pode-se, entretanto, destacar causas que contribuem para formá-la e mantê-la.

Se há consenso de que a discriminação possa e deva ser coibida pelos mecanismos legais, no entanto, não há como proibir o preconceito, e o combate deste depende de uma nova consciência ética nos e pelos sujeitos e, para atingi-la, confia-se no papel decisivo a ser desempenhado pela educação, tendo, como base, o reconhecimento do diferente e da diversidade como

riquezas a serem exploradas e não como o “exótico” a ser observado, negado ou marginalizado. Discutir a (com)fusão entre gênero e sexualidade, no cotidiano escolar, pode ser um dos começos e isso significa analisar com alunos e alunas, as atribuições e significados de gênero e sexualidade dominantes.

## **6-EDUCAR PARA A CIDADANIA E PARA O JEITO DE SER HOMEM OU DE SER MULHER: MASCULINIDADES E FEMINILIDADES**

A ideia de ser humano como construção social, cultura e histórica é uma lógica que, cada vez mais, amplia-se ganhando espaço nas discussões, porém, não consegue encobrir que, até muito recentemente, tanto a noção de gênero, como o tema das relações de gênero têm sido pouco exploradas pelos estudos sobre educação e sobre a escola. (VIANNA, et al, 1998; VIANNA, RIDENTI, 1999).

A noção de gênero evidencia que somos seres culturais e sociais, dotados de uma interioridade e de uma exterioridade. O gênero é um conceito que se refere à construção social do sexo anatômico. Pode ser compreendido, ainda, como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (e como) um primeiro modo de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1998). O gênero é, portanto uma noção importante para pensarmos o modo como se estruturam as relações sociais, pois estas envolvem rituais bastante definidos de aprendizagens e sociabilidades e, principalmente, uma domesticação dos corpos em função daquilo que é considerado masculino ou feminino, num determinado contexto cultural, a cada época. Significa dizer que é ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais – dentre estas também estão as práticas escolares – que nos constituímos como homens e mulheres, num processo que não é linear, progressivo ou harmônico, tampouco unívoco e que também nunca está finalizado.

Há muitos masculinos e femininos, por isso se diz, masculinidades e feminilidades, pois há formas singulares, próprias de cada um e de cada uma, ao se apresentarem ao mundo revelando a sua intencionalidade, o jeito de ser,

o jeito de querer ser, e, neste traço a subjetividade, algo que é próprio ao indivíduo, aquilo que só ele ou ela percebem, numa relação sempre tensa entre “um ser individual” e “um ser social”. Nesta hora, encontramos e confrontamos mecanismos que desafiam e pressionam para uma forma de desenvolvimento estereotipada. Importante destacar que o sistema e a instituição escolar reproduzem e refletem concepções dominantes na sociedade e, também, produzem formas próprias de exclusão, criando tarefas, funções e papéis que opõem e hierarquizam os sexos e demarcam desigualdades de gênero. Um exemplo disso é a “ameaça” percebida no ambiente escolar, quando um menino gosta de brincar de boneca e rodar um bambolê ou uma menina gosta de jogar bola e apresenta habilidade para isso.

O modo de expressar a identidade de gênero, socialmente não se confunde com a orientação afetiva e erótica pelo outro sexo, pelo mesmo sexo ou por ambos, o que significa dizer que não se pode “deduzir” a orientação do desejo de alguém em função dos traços do seu jeito de ser.

Território movediço no espaço escolar, a orientação do desejo afetivo sexual carrega ambiguidades para a discussão da diversidade na escola: a forma de organização de nossa sociedade considera normal ou, por assim dizer, aceitável, apenas as relações entre pessoas de sexo opostos. Esse pressuposto denomina-se “heteronormatividade”. Sobre tal assunto, muito pouco se discute, o que leva a crer que a heterossexualidade é o “ar que se respira” no ambiente escolar. Desse desconhecimento alimenta-se e se promove grande parte dos rituais de rechaço, humilhações e violências. É preciso notar que há uma espécie de silêncio deliberado, quando se trata das homossexualidades, pois, neste caso, quem cola não consente, omissão e negligência aliadas reforçam e validam as práticas homofóbicas.

## **7-EDUCAR PARA A CIDADANIA – UM OLHAR PARA O SERVIÇO SOCIAL**

A sexualidade, portanto é o resultado da interação entre o mundo interno e externo, isto é, entre a nossa subjetividade e a organização social. Ela envolve um processo contínuo e nem sempre linear de aprendizado e reflexão

por meio do qual elaboramos a percepção de quem somos e do que somos, processo esse que se desdobra em meio a condições históricas, sociais e culturais específicas. Nascemos com um sexo biológico. Todo o resto se constrói e vai se formando ao longo da vida. É por isso que as expressões da sexualidade humana são construções tão diversas. (FACHINNI, SIMÕES, 2006).

A relação do ser humano com o mundo inclui esse processo de apropriação, reflexão e expressão de aprendizagens dos sentimentos e desejos, e de “ser capaz para”. Então, vale dizer que a sexualidade, assim como o gênero, é algo construído. A nossa sexualidade compõe-se de uma combinação: do corpo que temos – nosso sexo biológico; das pessoas por quem sentimos desejo – nossa orientação sexual; de quem achamos que somos – nossa identidade de gênero e de como nos comportamos – nosso papel sexual (PICAZIO, 2000).

Ao observarmos-nos mais de perto, somos todos diversos, diferentes uns dos outros, e, também quando refletimos sobre nossa sexualidade, podemos pensar em sexualidade, uma vez que existem várias possibilidades para abordá-la e vivê-la. Podemos reconhecer, em nossa própria experiência, as pressões sociais para que nossa sexualidade se realize conforme o que “naturalmente” se espera e, assim, a heterossexualidade, por ser o comportamento sexual da maioria das pessoas, é tomada como correta e reforçada pelas instituições – e, aqui, se inclui a escola e os profissionais que estão inseridos na sociedade. É preciso discutir nas escolas e com os Assistentes Sociais que estão inseridos no campo da educação, a equivocada ideia de que o comportamento – ou o papel sexual – que desempenhamos, determina a heterossexualidade. A menina que biologicamente, é mulher, que se percebe como mulher e tem atração sexual direcionada ao sexo oposto, pode se sentir à vontade realizando tarefas tidas socialmente como “masculinas”. Um homem pode se sentir “masculino” e desejar outro homem, Uma mulher pode se sentir “feminina” e desejar outra mulher.

A homossexualidade – dentro as formas de orientação do desejo – ainda causa muita polêmica, permanecendo considerada, por muitos, como

uma doença, ainda que, desde os anos de 1970, a Organização Mundial de Saúde e as associações científicas internacionais deixaram-na de classificar dentro das normas de saúde sexual, como um desejo afetivo e sexual, tal vivência não revela, em princípio, aspectos de doenças, pois “doente é aquele que não consegue sentir prazer e desenvolver vínculos afetivos”. (PICAZIO, 1999, p.31).

Significa compreender que a homossexualidade faz parte da diversidade sexual, assim como a bissexualidade e a heterossexualidade, e implica reconhecer que a escola é um dos lugares importantes para a produção e reprodução de identidades – individuais e coletivas. Nesse aspecto, é importante distinguir desejos e comportamentos sexuais das identidades sexuais. Há um modo como a pessoa se percebe em termos de orientação sexual e também um modo com torna pública (ou não) essa percepção de si, em determinados ambientes ou situações. Cabe como educadores ou assistentes sociais indagarmos: Todos(as) adolescentes compartilham de uma mesma forma de entender o amor e o sexo? Compartilham todos(as) da mesma forma de expressar seus desejos? Sentem-se confortáveis com aquilo que lhes é socialmente atribuído?

Na escola, como em outros ambientes, não ouvimos muitas pessoas afirmando “eu sou heterossexual”, pois esse é o grande pressuposto. Em contrapartida, dizer “eu sou gay” ou “eu sou lésbica”, ou “sou bissexual”, pode significar uma afirmação de pertencimento e uma tomada de posição diante das normas sociais, Não somos receptores passivos dessas normas, elas nos proporcionam mapas ou roteiros, um conjunto de orientações e referências, que também se contradizem e se rivalizam. Investimos na constituição de nossas biografias, de nossas identidades, lutando para adquirir os meios para nos representarmos a nós mesmos e aos demais. Para Epstein e Johnson (1999), tanto as identidades coletivas como as individuais constroem-se mediante processos de autonarração e de autoimagem, o que significa poder contar e recontar a si mesmo e aos demais, as versões do passado, do presente e do futuro. A identidade sempre se representa no sentido de que nos produzimos mediante o que fazemos/ordenamos pensar.

O Assistente Social diante dessa diversidade existente, não pode optar pela omissão se estiver inserido no âmbito educacional e, conseqüentemente pela negligência, é necessário interceder nas escolas para garantir a necessidade de apoio aos momentos iniciais de adolescentes e jovens, particularmente, quando eles e elas começam a identificar, eventualmente, que têm atração sexual por pessoas do mesmo sexo. Evidentemente, se esses(as) jovens estiverem em um ambiente de maior respeito pela diversidade sexual, incluindo-se a escola, facilita enormemente a possibilidade de viver sem angústia o reconhecimento do seu interesse por pessoas do mesmo sexo.

## **CONCLUSÕES**

É necessário, portanto, aprender e ensinar que as sexualidades e as diferenças sexuais não apenas se produzem socialmente, mas que também estão investidas de poder. Como indicado anteriormente, é difícil ter diferentes desejos quando vivemos em uma sociedade opressiva, mas é tarefa da escola, que se coaduna com a educação para a cidadania, o compromisso com os direitos de crianças, adolescentes e jovens e sua autonomia moral, reconhecendo e respeitando a realidade, a diversidade e a singularidade de experiências e vivências.

No caminho de uma sociedade na qual as diferenças constituem um valor é necessário desconstruir todas as formas de opressão e lutar contra a homogeneização proposta pelos modelos dominantes, que suprimem, das novas gerações, o direito de afirmar desejos fora do que se deriva da norma heterossexual, num processo educativo para o convívio e o respeito às diferenças, sem que estas sejam cristalizadas em desigualdades.

Portanto, não se trata de percebermos as diferenças como um estado não desejável, um desvio da natureza, impróprio, algo que cedo ou tarde voltará à “normalidade”, ou de considerarmos a diversidade sexual enquanto um favor ou uma dádiva de alguns/algumas para permitirem a existência de outros(as). Desde o principio, temos que compreender que são conhecimentos

e saberes que, incorporados nos planos e propostas educacionais, cujo lócus de intervenção é a escola, propõem novas aventuras, reconhecendo diferentes sujeitos sócios culturais e ensejando transformar ameaças em caminhos para maior igualdade e, desta forma, [...] assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. (BRASIL, 1999, grifo meu).

Penso que, para muitos profissionais que atuam diretamente com a Educação em todo seu âmbito, as ideias desenvolvidas neste artigo, sobre o papel de verificar a questão da sexualidade e preconceito, ligado ao desenvolvimento do educando podem não se constituir em novidade; porém, embora conheçamos a maioria delas, não as aplicamos, seja por conta das dificuldades da vida cotidiana profissional, seja porque nem sempre estamos atentos às mesmas. “É a questão do óbvio inaplicado: saber e mesmo assim não fazer”, como afirma Ribeiro (1990.p.1).

É preciso ressaltar que o desenvolvimento do ser humano dura toda a vida, indo até a velhice, quando se está sempre aberto a mudanças, ao crescimento pessoal, tanto intelectual, quando efetivamente. Vários estudos recentes, tais como Pires (2204) e Salvatore (2001), comprovam que mesmo na velhice podemos estar nos desenvolvendo no campo da sexualidade e da afetividade.

Quando somos, para os nossos alunos, modelo de pessoas que nos relacionamos afetivamente com nossos colegas de trabalho, com nossa família e com eles próprios, estamos lhes dando uma boa Educação Sexual. Pela vivência, pelo exemplo estamos educando para o amor, exemplo que será seguido tanto quando as crianças e os adolescentes nos admirarem e nos respeitarem como profissionais. Sobretudo, torna-se mais amigos dos alunos, conseguem uma aproximação mais afetiva com eles e contribuem para que o relacionamento entre eles melhore.

Fazer da escola um ambiente alegre, é um dos grandes desafios dos profissionais comprometidos com a promoção humana. Interroguemos,

continuamente sobre em que medida estamos contribuindo para a alegria da escola.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, R. O amor que acende a lua. 10.ed. Campinas. SP: Papyrus. 2005

ASSOCIAÇÃO MUNDIAL PARA A SAÚDE SEXUAL. Saúde sexual para o milênio. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SEXOLOGIA, 17,2005. Montreal.

BARROSO, C. B, BRUSCHINI, C. Sexo e Juventude, como discutir a sexualidade em casa e na escola. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Instruções para apresentação e seleção de projetos de capacitação de profissionais da Educação para a Cidadania e a diversidade sexual. Disponível em portal.mec.gov.br – Acesso em 20/10/2014.

CAMARGO, D. de. As emoções e a escola. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

DALLARI, D. de A.; KORCZAK, J. O direito da criança ao respeito. Tradução Yan Michalski. São Paulo: Summus, 1988.

GOMES, I. R. de L. A escola como espaço de prazer. São Paulo: Summus, 2001.

MACHADO, J.C.F. Sexo com liberdade. São Paulo: Vozes, 1990

PEDRINI, A.J. Jovens: formação afetiva e sexual. Campinas: Raboni, 2005.